

# Ministros contestam o poder da Assembléia

Os ministros Paulo Brossard, da Justiça, e Marco Maciel, do Gabinete Civil, garantiram ontem que a Constituinte não pode alterar as disposições constitucionais em vigor por maioria absoluta de votos, como defendem os deputados mais progressistas. Refletindo o receio do governo com o impeto reformista da Assembléia, os ministros saíram na defesa da Carta em vigor e do Congresso ordinário.

O Ministro da Justiça, entende que a Constituinte não tem soberania para alterar, com quorum de maioria absoluta, artigos da atual Constituição, como defendem muitos constituintes. Para ele, somente com a aprovação de dois terços dos parlamentares poderá haver alterações na atual Constituição, porque a Constituinte "foi convocada apenas para elaborar a nova Carta Magna".

Esta posição não é exposta de forma direta, porque o ministro não pretende exercer pressão sobre os parlamentares, mas ele lembra que "a lei precisa ser cumprida". Entende que a alteração de artigos da atual Constituição com quorum de maioria absoluta (metade mais um do número total de constituintes) criaria um vazio constitucional, porque a carta

em vigor estaria sendo anulada antes da promulgação da nova Constituição.

Se continuar vigorando a atual carta - até a promulgação da nova alteração de qualquer artigo dependerá da aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em votações independentes. O ministro da Justiça estranha os ataques à atual Constituição, lembrando que "é ela que garante a imunidade parlamentar e os subsídios a deputados e senadores".

## CONGRESSO

A Assembléia Nacional Constituinte deve tratar somente da elaboração da nova Carta Constitucional, e não legislar ordinariamente, disse o chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel, para justificar a sua posição favorável ao funcionamento do Congresso Nacional, de forma reduzida, durante os trabalhos constitucionais.

Para Maciel, o modelo atual deve ser mantido, porque o governo precisa do Poder Legislativo para analisar os problemas conjunturais do País. Se isso não ocorrer, argumentou, questões pequenas vão tomar conta dos debates, deixando de lado outros assun-

tos importantes. Ele cita como exemplo pedidos como os dos produtores de suínos, que estão querendo que o governo encontre uma solução para a falta de milho.

Como não vai existir, exemplificou Maciel, a tribuna ordinária, os produtores vão procurar os parlamentares. Estes, diante das pressões, vão querer, na sessão pinga fogo, falar sobre esses problemas menores, que vão prejudicar o andamento da elaboração da nova Constituição, que deve ter prioridade sobre todos os assuntos.

O funcionamento do Congresso não colide com a ANC, sustentou o ministro.

O impasse surgido nos primeiros dias da Constituinte, para a elaboração do regimento de funcionamento, não quer dizer que vão surgir problemas que desaguem numa "crise", disse o ministro Maciel, ressaltando que os parlamentares estão desempenhando bem suas funções.

O funcionamento dos parlamentares em bloco, como vem propondo o deputado Roberto Freyre (PCB/PE), é perfeitamente normal, no entender de Maciel, lembrando que ele mesmo já participou de vários, como a Frente Liberal, que originou o PFL.